

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA): UMA DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NAS GRANDES EMPRESAS BRASILEIRAS

Adriano Cavalcante da Silva¹
Letícia Oliveira, Professora Doutora²

RESUMO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) faz parte das novas exigências trazidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, também conhecida, como a Lei que promoveu alterações na Lei das Sociedades por Ações. Diante disto, o artigo visa demonstrar os principais elementos formadores de riqueza, bem como a sua distribuição, dentro das maiores empresas brasileiras segundo a Revista *American Forbes* (2007). Para tanto, foram utilizados indicadores criados a partir do modelo da demonstração aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09/2008, propostos por Dalmacio et. al. (2003) e Santos (2007) e aplicados nas Demonstrações do Valor Adicionado em conjunto com o Balanço Patrimonial dos anos de 2007 e 2008 das empresas analisadas. Conclui-se que, sendo a DVA o demonstrativo da origem e distribuição da riqueza gerada na empresa, esta deveria ser elaborada por todas as empresas, sendo obrigatória ou não, pois além de trazer relevantes informações para os usuários da contabilidade, transmite ao conhecimento social o papel que a empresa assume na formação da riqueza da sociedade que está inserida, bem como na formação da riqueza nacional, uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB) é calculado a partir da soma dos valores adicionados por todas as empresas de uma nação.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado; Distribuição da riqueza; Formação da riqueza.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), desde novembro de 2008, através da Resolução CFC nº 1.138, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) ainda não é comumente utilizada como uma ferramenta de gestão. Elaborada através de informações já contidas na Contabilidade, a Demonstração do Valor Adicionado pode ser vista como uma excelente ferramenta de evidenciação da riqueza gerada pelas atividades empresariais. Além de mostrar a participação dos agentes econômicos na agregação de valores à empresa ela ainda mostra como está sendo efetuada a sua distribuição.

Diante do exposto, este trabalho visa reunir as demonstrações contábeis das maiores empresas brasileiras, segundo a Revista *American Forbes* (2007), e, através dos resultados das Demonstrações do Valor Adicionado, fazer uma demonstração dos elementos que mais estão contribuindo para a agregação de valores às organizações e de como elas estão distribuindo a riqueza gerada, incentivando desta forma às médias e pequenas empresas na elaboração e utilização da DVA para auxiliar no processo de tomada de decisões e medições do desempenho de suas entidades.

2. OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar os principais elementos formadores de riqueza, bem como sua distribuição dentro das maiores empresas brasileiras. Como objetivos específicos têm-se: demonstrar o aumento (ou diminuição) da geração de renda nas maiores empresas brasileiras; demonstrar a evolução dos componentes da DVA nas demonstrações

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados.

² Professora Doutora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados.

dessas empresas; e ainda, mostrar a riqueza informativa da DVA para as empresas, com dados relevantes e úteis para a tomada decisão.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. ABORDAGEM HISTÓRICA

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, também conhecida, como a Lei que promoveu alterações na Lei das Sociedades por Ações, trouxe algumas mudanças quanto a obrigatoriedade das demonstrações contábeis. Os demonstrativos atualmente exigidos são o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e, se companhia aberta, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Extinguiu-se apenas a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

Segundo Ribeiro (2009) a DVA surgiu na Europa por influência da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha, e tem sido desde então, cada vez mais difundido e adotado por outros países, principalmente por recomendação expressa da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, já na década de 90, através do Parecer de Orientação CVM nº 24/1992, a Comissão de Valores Imobiliários já incentivava as grandes Sociedades Anônimas de capital aberto que operavam no mercado brasileiro, a elaborarem e divulgarem a Demonstração do Valor Adicionado (RIBEIRO, 2009).

Finalmente, em setembro de 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou seu Pronunciamento Técnico CPC 09/2008, que teve por objetivo estabelecer critérios para elaboração e apresentação da DVA. No mesmo ano, como membro do CPC, o Conselho Federal de Contabilidade divulgou a Resolução CFC nº 1.138 de 21 de novembro de 2008 aprovando a NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade) T 3.7 que tratava da Demonstração do Valor Adicionado.

Observando esses fatores, percebe-se que a Demonstração do Valor Adicionado não é um assunto novo existente na Contabilidade Brasileira. Com a evolução da contabilidade, e a constante busca pela mensuração do valor da empresa foi-se percebendo a necessidade que havia em transformar as Demonstrações Contábeis em importantes relatórios que demonstrassem tanto a situação econômico-financeira da empresa, quanto o seu valor dentro do mercado brasileiro, ou até mesmo mundial.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Para compreender o real objetivo dessa demonstração, é necessário entender primeiramente os conceitos para o termo “valor adicionado”. Há dois importantes enfoques quanto ao seu conceito, um sobre o aspecto econômico e outro contábil. Simonsen e Cysne (1995, p. 130), visando definir o valor adicionado sobre a ótica da economia dissertaram:

“Denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção a diferença entre o valor bruto produzido nessa etapa (igual venda mais acréscimo de estoques) e os consumos intermediários. Assim, o produto nacional pode ser concebido como a soma dos valores adicionados, em determinado período de tempo, em todas as etapas do processo de produção do país”.

Dentro do mesmo pensamento, mas numa visão contábil, Luca (1992 *apud* Santos, 1999, p.39) destaca:

“O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Este valor será igual à soma e toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa”.

A diferença entre os dois conceitos está no fato de que, enquanto no ramo econômico o valor adicionado é mensurado pelas atividades econômicas de uma nação, na visão contábil

ele toma um ambiente mais restrito, ou seja, dentro de uma empresa, e, além disso, ele é calculado em função das vendas que a mesma efetuou em determinado período, e não em função da produção como é na visão econômica.

De certa forma, poderia-se concluir que as empresas, ao exercer suas atividades, utilizando-se de bens e serviços adquiridos de terceiros, aplicando seus capitais, através da utilização de seus equipamentos e mão-de-obra de seus empregados, estão adicionando valor aos novos produtos que serão colocados no mercado (SANTOS, 2007 p. 29).

Dado os conceitos para o valor adicionado, Santos, na mesma obra, afirma que a DVA foi a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração desse valor, ou seja, da capacidade de geração e da distribuição da riqueza de uma entidade.

A Demonstração do Valor Adicionado, segundo Silva (2007, p. 54), “evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção e o quanto dessa riqueza foi distribuída ou retida e de que forma”. Para ele, sua utilidade é notória pelo fato de que o somatório dos valores adicionados de um país representa o seu Produto Interno Bruto (PIB).

Resumidamente pode-se afirmar que ela evidencia o valor criado por uma empresa e a sua distribuição dentro dela. Braga (2003, p.126), no mesmo raciocínio argumenta que “[...] assim como podemos medir a riqueza gerada por um país ou setor da economia, podemos fazer o mesmo com a riqueza gerada pela empresa”.

Segundo Zanluca (2009), a DVA pode ser utilizada como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas, e ainda como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, dos Agentes Financiadores e dos Acionistas.

Portanto, a utilidade da DVA se estende tanto aos administradores e acionistas como aos fornecedores, governos, consumidores e até mesmo à comunidade, pois ela demonstra o quanto a empresa absorveu de mão-de-obra da sua região (por exemplo) e o quanto ela efetivamente contribuiu para o desenvolvimento econômico, gerando riqueza para a economia.

3.3. DRE Versus DVA

Com o intuito de mostrar o diferencial da DVA em meio às demais demonstrações já utilizadas na contabilidade, segue abaixo os principais conceitos da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e as suas diferenças quanto a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Ribeiro (2009) define a DRE como sendo “um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade”. Logo a DVA não pode ser confundida com a DRE. Apesar da DVA ser composta por dados provenientes da DRE, ela se difere tanto quanto a estrutura como ao objetivo de sua demonstração. Enquanto a DVA visa evidenciar o valor gerado pela empresa e a sua contribuição para a formação da riqueza nacional, a DRE mostra somente a parcela do lucro que foi gerado e que permaneceu na empresa.

Santos (1999), tratando sobre essa diferença entre DRE e DVA afirmou:

“Nesse aspecto, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA – é muito mais abrangente, pois não está exclusivamente voltada para a apuração do resultado, porquanto considera outros fatores de produção e aponta suas respectivas remunerações. São componentes dessa demonstração, além da informação relativa à riqueza gerada pela empresa, a forma com que essa riqueza é distribuída através de impostos pagos ao governo, juros e aluguéis destinados a financiadores externos, remunerações pagas aos trabalhadores e lucros e dividendos (ou juros sobre o capital próprio, como previsto na legislação brasileira) atribuídos aos proprietários, sócios e acionistas”.

Nesse sentido, embora essas duas demonstrações apresentem funções totalmente distintas, conclui-se que elas se complementam, tratando, inclusive, dos mesmos itens, apenas com enfoques diferentes. A DVA é, nesse contexto, uma reestruturação da DRE.

Luca (1998, p.32) afirma:

“Trata-se de uma visão diferente em termos de demonstrações contábeis. Em geral, as tradicionais demonstrações contábeis estão preocupadas em evidenciar para os investidores qual o lucro da empresa e como ele foi calculado. A demonstração do resultado do exercício, por exemplo, está mais voltada para um determinado tipo de usuário: o proprietário da empresa que quer conhecer o valor do seu lucro final. A demonstração do resultado do exercício avalia a parte da riqueza criada pela empresa (o valor adicionado) que se destina ao proprietário; é o enfoque do proprietário. E, para ele, os salários, juros, impostos etc. são tratados como despesas, pois na realidade representam reduções de sua parte da riqueza criada, ou seja, do seu lucro. A demonstração do valor adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa”.

É necessário ressaltar que nenhuma das demonstrações pode ser considerada como a mais correta, o que ocorre é uma diferenciação nos seus enfoques. Em ambas o seu objetivo é alcançado, seja em demonstrar o lucro da empresa para o seu proprietário, ou demonstrar o valor adicionado e a sua contribuição para a formação da riqueza nacional.

3.4. A ELABORAÇÃO DA DVA E O MODELO APROVADO PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (2008)

A elaboração da DVA se dá em duas partes: na primeira é apresentada a formação do valor adicionado, ou seja, através de quais elementos o mesmo foi gerado, e na segunda é apresentada a distribuição destes valores. Segue abaixo o modelo da DVA, aprovado pelo CPC através do Pronunciamento Técnico nº 09 de setembro de 2008.

Quadro 1 – Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 - RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / Constituição		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		

6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (o total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S.		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só para consolidação)		

Fonte: CPC (2008)

Segundo o CPC (2008), o primeiro item da demonstração, receitas, é composto pelo valor das vendas de produtos e serviços antes das deduções dos impostos, e também pelo valor da reversão ou constituição da provisão para devedores duvidosos e ainda pelo valor considerado fora das atividades principais da empresa, denominado outras receitas.

O item insumos adquiridos de terceiros é composto por matérias-primas consumidas, por custos das mercadorias e serviços vendidos, por materiais, energia, serviços de terceiros e outros e por perda ou recuperação de valores ativos, tudo isso além do ICMS, IPI, PIS e COFINS incluídos na compra. A diferença entre esses dois primeiros itens resulta no terceiro, denominado valor adicionado bruto.

Fazem parte do quarto item, a depreciação, amortização e exaustão contabilizadas no período. O quinto, por sua vez, representa o valor adicionado líquido produzido pela entidade, que pode ser encontrado através da diferença entre o terceiro e o quarto item.

O valor adicionado recebido em transferências corresponde à soma do resultado da equivalência patrimonial com as receitas financeiras, valor este que, somado ao item quinto resulta no sétimo item, valor adicionado total a distribuir, cuja distribuição é evidenciada no último grupo, a distribuição do valor adicionado.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa é do tipo exploratória. Gil (2002) afirma que este tipo de pesquisa busca proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Com base nos procedimentos técnicos utilizados, pode-se dizer que é de cunho bibliográfico, que Gil (2002) define como aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para a seleção das maiores empresas brasileiras, foi utilizada uma pesquisa realizada pela revista *American Forbes*, no ano de 2007, onde, baseada nos números de vendas, lucros, bens e valor de mercado das companhias divulgou uma lista das 2.000 maiores empresas do

mundo, dentre as quais foram filtradas as empresas brasileiras, conforme demonstrado no Quadro 2.

Apesar da pesquisa ter sido realizada em 2007, ela ainda se torna útil para este trabalho pois os demonstrativos contábeis analisados são do ano de 2007 e 2008.

Quadro 2 – As maiores empresas brasileiras segundo a *Forbes*

Ordem nas Análises	Rank (entre as 2.000 maiores empresas)	Empresa	Ramo
1	50°	Petrobras Petróleo Brasil	Operações com óleo e gás
2	130°	Vale do Rio Doce	Materiais
3	147°	Branco Bradesco	Banco
4	166°	Banco do Brasil	Banco
5	330°	Itaú SA	Banco
6	411°	Unibanco Group	Banco
7	572°	Eletrobrás	Utilidades
8	763°	Usiminas	Materiais
9	863°	Tele Norte Leste	Serviços de Telecomunicações
10	887°	Metalúrgica Gerdau	Materiais
11	963°	Cemig	Utilidades
12	1082°	CPFL Energia	Utilidades
13	1396°	Banco Nossa Caixa	Banco
14	1606°	Aracruz Celulose	Materiais
15	1674°	Sabesp - Saneamento Básico	Utilidades
16	1680°	Braskem	Produtos Químicos
17	1685°	Ipiranga	Operações com óleo e gás
18	1690°	Brasil Telecom	Serviços de Telecomunicações
19	1779°	Gol Linhas Aéreas	Transportação
20	1840°	CBD Brasil Distribuição	Mercado de Alimentos

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da *American Forbes* (2007).

Para contribuir com a análise da DVA e desta forma estar alcançando o objetivo geral deste trabalho, foram utilizados alguns indicadores criados a partir do modelo da demonstração aprovado pelo CPC, propostos por Dalmacio et. al. (2003) e Santos (2007), reunidos e adaptados pelo autor no Quadro 3 para a elaboração desta pesquisa. Para o cálculo desses índices foram utilizados dados da DVA e do Balanço Patrimonial das empresas analisadas dos anos de 2007 e 2008.

Para Neves e Viceconti (2002, p. 437), a análise compreende numa interpretação de dados estatísticos previamente organizados. Pode-se considerar também como uma forma de estudar as demonstrações contábeis de maneira que se possa extrair os dados essenciais, com o intuito de tirar conclusões e apresentar informações críticas.

Matarazzo (1998, p. 153) define índice como sendo “a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”. Os índices calculados foram os demonstrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores para a análise da DVA

Indicador	Fórmula	Descrição
Variação do Valor Adicionado	$\Delta VA = \frac{VAT X1 \times 100}{VAT X0}$	<i>Valor Adicionado Total Ano X1 Valor Adicionado Total Ano X0</i>
Participação dos Empregados e Administradores no Valor Adicionado	$PEVA = \frac{VADE \times 100}{VAT}$	<i>Valor Adicionado Distribuído aos Empregados Valor Adicionado Total</i>
Participação do Governo no Valor Adicionado	$PGVA = \frac{VADG \times 100}{VAT}$	<i>Valor Adicionado Distribuído ao Governo Valor Adicionado Total</i>
Participação de Terceiros no Valor Adicionado	$PTVA = \frac{VADT \times 100}{VAT}$	<i>Valor Adicionado Distribuído a Terceiros Valor Adicionado Total</i>
Participação de Acionistas no Valor Adicionado	$PAVA = \frac{VADA \times 100}{VAT}$	<i>Valor Adicionado Distribuído aos Acionistas Valor Adicionado Total</i>
Grau de Retenção do Valor Adicionado	$GRVA = \frac{LR \times 100}{VAT}$	<i>Lucros Retidos Valor Adicionado Total</i>
Grau de Capacidade de Produzir Riqueza	$GCPR = \frac{VALPE \times 100}{VAT}$	<i>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade Valor Adicionado Total</i>
Grau de Riqueza Recebida em Transferência	$GRRT = \frac{VART \times 100}{VAT}$	<i>Valor Adicionado Recebido em Transferência Valor Adicionado Total</i>
Grau de Contribuição na Formação de Riqueza de Outras Entidades	$GCFROE = \frac{IAT + Rt \times 100}{Rc}$	<i>Insumos Adquiridos de Terceiros + Retenções Receitas</i>
Grau de Contribuição dos Ativos na Geração de Riqueza	$GCAGR = \frac{VAT \times 100}{AT}$	<i>Valor Adicionado Total Ativo Total</i>
Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza	$GCPLGR = \frac{VAT \times 100}{PL}$	<i>Valor Adicionado Total Patrimônio Líquido</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Dalmacio et. al. (2003) e Santos (2007)

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apesar de comporem a lista das duas mil maiores empresas do mundo, as empresas CSN Cia Siderúrgica e a empresa Embraer não elaboraram ou não publicaram suas respectivas Demonstrações do Valor Adicionado nos anos de 2007 e 2008, desta forma não estão incluídas no quadro de análise proposto neste trabalho, fazendo parte das análises somente as 20 (vinte) empresas restantes organizadas pela ordem de classificação na lista das 2.000 maiores empresas do mundo segundo a revista *American Forbes* (2007).

5.1 VARIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

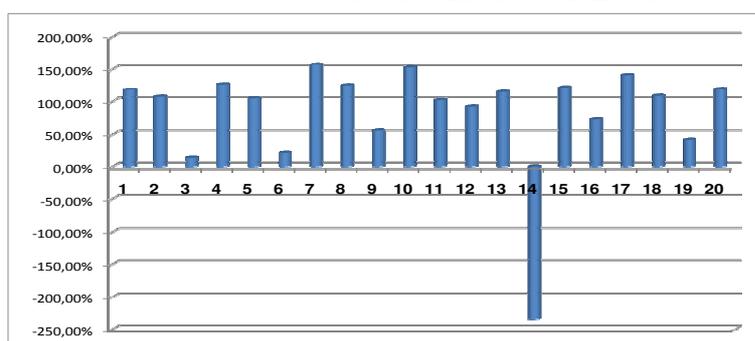
Este índice equivale a uma análise horizontal dos valores que compõem a DVA, enquanto que os demais itens estudados a frente, equivalem a uma análise vertical. Ribeiro (2009) afirma que a finalidade dessa análise é “evidenciar a evolução dos itens das demonstrações financeiras ao longo dos anos” e “possibilita o acompanhamento do desempenho de cada uma das contas que compõem a demonstração em questão”.

“Quando se compara o valor adicionado de um ano com o do ano anterior, o resultado reflete o acréscimo ou decréscimo da atividade da empresa na produção e distribuição de riquezas. A possibilidade de avaliação da evolução do valor adicionado, propiciada por esse quociente proporciona condições de buscar os esclarecimentos para entender o que ocorreu com a atividade da empresa nos anos analisados” (SANTOS, p. 228, 2007).

Neste indicador, busca-se apenas analisar o valor adicionado total criado e distribuído pela empresa e não todos os componentes da demonstração. Verificou-se que todas as empresas analisadas obtiveram aumento no seu valor adicionado, com exceção da Aracruz Celulose, que gerou uma variação negativa de 235,05% de 2007 para 2008. Isso se deve ao fato de que a empresa no ano de 2008 gerou um valor adicionado negativo (perda) de R\$ 3.374.808.000,00.

A menor variação corresponde ao Banco Bradesco com aumento de 14,29% de 2007 para 2008, enquanto que a Eletrobrás, com um percentual de 157,17%, corresponde a maior variação. Em geral a média de variação (obtida pela soma das variações e dividida pelo número de empresas analisadas – no caso 20) foi de 82,68%, valor este que mostra um importante crescimento para a economia brasileira no cenário de 2008, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apesar da grande queda de 3,6% no quarto trimestre de 2008 (maior desde 1996) o PIB acumulado do ano fechou com alta de 5,1%, chegando a 2,9 trilhões.

Gráfico 1 – Indicador ΔVA



Fonte: Dados da pesquisa

5.2 PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO TOTAL

A análise da participação no valor adicionado total será dividida em quatro índices, isso porque a DVA mostra a participação de quatro elementos importantes na distribuição da riqueza gerada pela entidade: a participação dos empregados (sob forma de remunerações, benefícios e pagamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS), a participação do governo (sob a forma de impostos, taxas e contribuições sejam elas municipais, estaduais ou federais), a participação de terceiros (sob a forma de pagamento de juros e aluguéis) e por último a participação dos acionistas no valor adicionado (sob a forma de remuneração do capital próprio e pagamento de dividendos).

Estes índices correspondem a uma análise vertical dos elementos formadores da Demonstração do Valor Adicionado. Ribeiro (2009) argumenta:

“A Análise Vertical, também denominada por alguns analistas Análise por Coeficientes, é aquela por meio da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto”.

É importante destacar que o aumento ou diminuição do valor adicionado total a distribuir pela empresa, não influencia na mesma proporção os valores distribuídos para cada

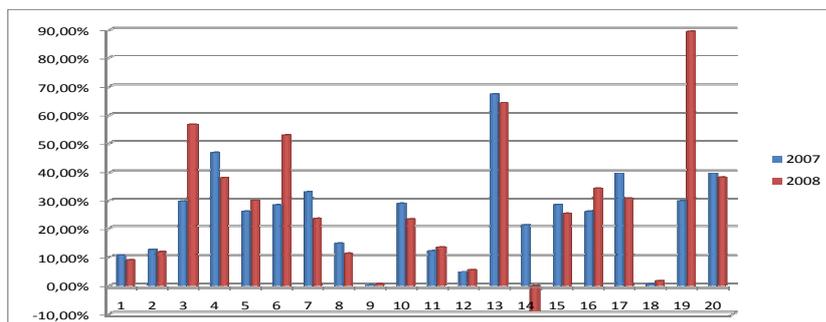
um dos índices analisados a seguir. Como por exemplo, pode-se citar a empresa Eletrobrás, que apesar de ter o maior aumento da riqueza gerada entre as empresas analisadas, 157,17%, reduziu sua distribuição aos empregados de 32,82% para 23,67%. Outro exemplo é o Banco Bradesco, que embora tenha a menor variação do aumento da riqueza, 14,29%, aumentou sua participação aos empregados de 29,50% para 56,57% em 2008.

5.2.1 Participação de Empregados no Valor Adicionado – PEVA

Este índice aponta o percentual da participação de empregados no valor adicionado total a ser distribuído pela empresa. Galizzo (1990) afirma que a distribuição aos empregados é umas das mais importantes entre os demais componentes da distribuição da riqueza gerada pela organização. Ela compreende todos os gastos com pessoal em contrapartida ao trabalho realizado no período apurado, seja na forma de salários, contribuições de seguridade social e ainda quaisquer outras vantagens concedidas aos trabalhadores da empresa.

A análise do seguinte índice mostrou que em média, 24,94% da riqueza gerada pelas empresas é destinada aos funcionários em 2007, e 27,48% em 2008. A empresa que menos destina a riqueza para os empregados é a Tele Norte Leste com um percentual de 0,22% em 2007 tendo um leve aumento em 2008 para 0,52%, considera-se a também a empresa que menos sofreu variação do seu valor. Esses valores são pequenos perto do percentual da Gol Linhas Aéreas que apesar de ter um índice, em 2007, de 29,64%, teve um significativo aumento em 2008 para 89,18%, sendo o maior percentual entre as empresas no respectivo ano.

Gráfico 2 – Indicador PEVA



Fonte: Dados da pesquisa

Dentre esses percentuais, o Banco Nossa Caixa pode ser considerado a empresa que se manteve superior as demais, por seus valores estar acima da média entre as empresas nos dois anos consecutivos, com mais de 60% do seu valor adicionado destinado a remuneração de seus empregados.

A empresa Aracruz Celulose não gerou valor adicionado positivo em 2008, por isso sua distribuição aos funcionários situou-se num percentual negativo, de -9,07%.

5.2.2 Participação do Governo no Valor Adicionado – PGVA

Este índice mostra a participação governamental no valor adicionado, por meio da geração de impostos, taxas e contribuições. Este indicador é muito usado para a medição da carga tributária nas empresas brasileiras.

“Uma das vantagens proporcionadas pelas informações apuradas na DVA é a possibilidade de se obter num único item todos os encargos com impostos, taxas e contribuições suportados pela empresa. Em nenhuma outra demonstração contábil há essa segregação de encargos”. (SANTOS, p. 236, 2007).

Ao fazer isso, a DVA possibilita uma avaliação quantitativa da respectiva carga tributária suportada pela empresa. Além disso, ela possibilita uma análise comparativa com as

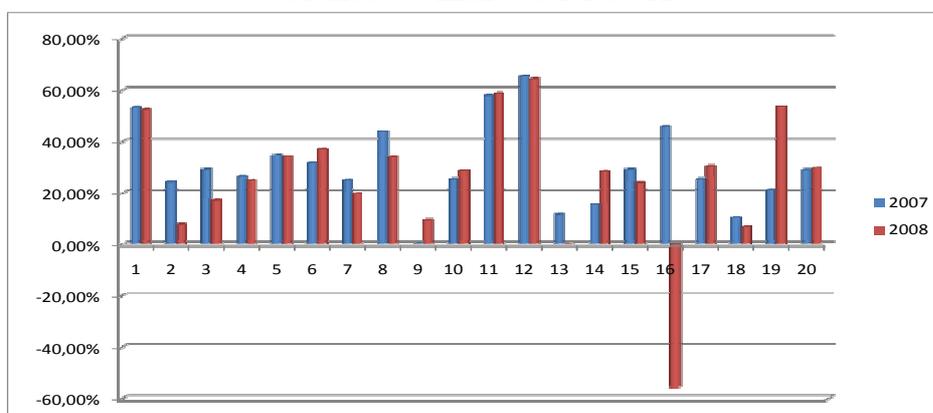
demais empresas do setor e mostra se a empresa está dentro dos valores considerados médios para a mesma.

Santos (2007) ainda destaca a importância desse índice para o próprio Estado, “pois este disporá de mais um instrumento que o auxiliará na tomada de determinadas decisões”, como por exemplo, na concessão de isenções e/ou reduções de impostos para determinadas áreas geográficas ou setor da economia.

A maioria das empresas obtiveram uma diminuição no valor destinado ao governo. A média entre as empresas analisadas permite ver que em 2007 a participação do governo no valor adicionado das empresas era de 30,22%, caindo para 25,27% em 2008.

Quanto às análises individuais, pode-se verificar uma carga tributária superior a 50% do valor adicionado nas empresas Petrobrás, Cemig e CPFL Energia, vale ressaltar que os altos tributos sobre o petróleo e sobre a energia contribuem para tal elevação. Freitas (2009) afirma que “a elevada carga tributária [sobre o setor de energia elétrica] é entrave ao desenvolvimento do mercado de energia e, por conseqüência, do crescimento do País”.

Gráfico 3 – Indicador PGVA



Fonte: Dados da pesquisa

A Braskem tinha em 2008, um crédito tributário no valor de R\$ 911.825.000,00, valor esse que gerou o índice de 55,55% negativo por a empresa não ter distribuído parte de sua riqueza ao Governo no referido ano.

5.2.3 Participação de Terceiros no Valor Adicionado – PTVA

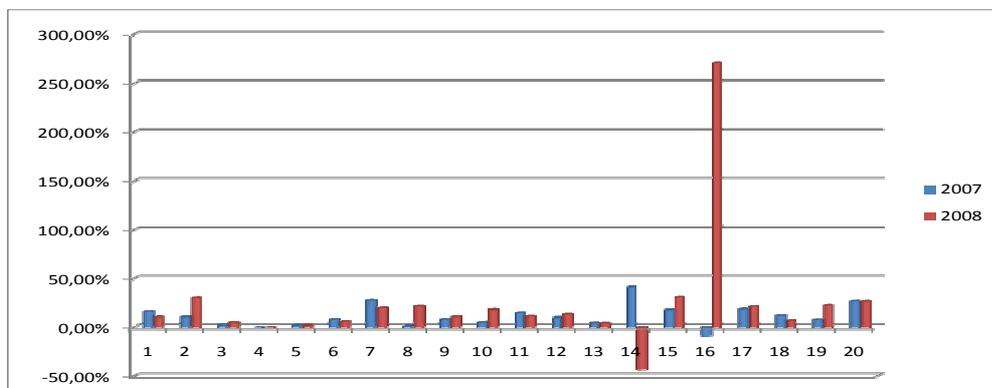
A participação de Terceiros no Valor Adicionado é representada por meio do pagamento de despesas financeiras e aluguéis. O Índice PTVA visa demonstrar o percentual desses pagamentos no valor adicionado total da empresa.

Santos (2007) ressalta a importância desse índice ao afirmar que “os capitais de terceiros devem ser entendidos como fator de produção e, portanto, a remuneração a eles destinada representa uma das formas de distribuição das riquezas geradas pela empresa”. Este índice mostra a parcela do valor adicionado que é distribuída aos financiadores externos de capital.

Os financiadores externos de capital tiveram sua maior participação em 2008 na empresa Braskem, cerca de 270,79%. Esse valor se torna superior a 100% do valor adicionado total, pelo fato da distribuição ao governo e a remuneração de capitais próprios terem sido negativos no exercício social de 2008. Esse valor se situa bastante acima do segundo lugar, ocupado pela empresa Sabesp com 30,55% do valor adicionado total distribuído aos capitais de terceiros. A empresa Aracruz Celulose, continua com o seu indicador de distribuição do valor adicionado negativo, pelo fato de não ter gerado riqueza em 2008.

Em geral a média das empresas analisadas obteve aumento no índice PTVA, de 10,74% em 2007 para 24,01% em 2008.

Gráfico 4 – Indicador PTVA



Fonte: Dados da pesquisa

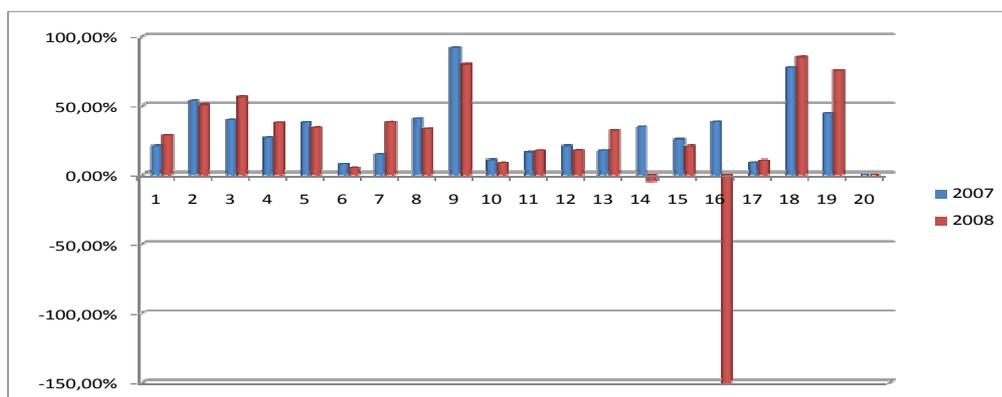
5.2.4 Participação de Acionistas no Valor Adicionado – PAVA

A participação dos acionistas no valor adicionado é muito importante, pois ele mostra a riqueza gerada pela empresa que foi destinada a remunerar o capital investido dentro da sociedade. A divulgação desses dados pode atrair maiores investimentos para a empresa, uma vez que os acionistas estão em busca de investimentos que vão gerar importante retorno para o seu capital.

O percentual desse índice indicará a evolução e a tendência da forma como as riquezas criadas pelas empresas são distribuídas aos portadores de suas quotas ou ações.

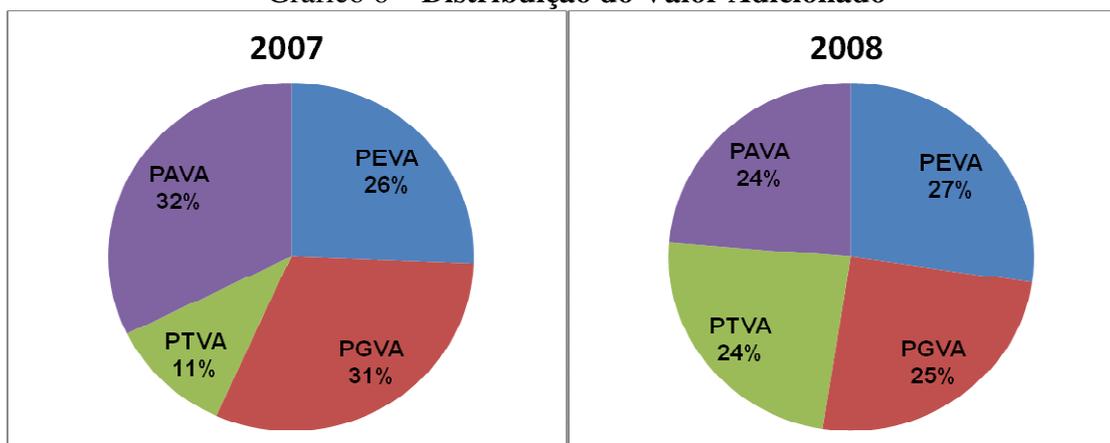
No Gráfico 5 o que se destaca é o grande aumento do valor adicionado distribuído aos acionistas da Gol Linhas Aéreas, a variação foi de 46,56% de 2007 para 2008. Apesar desse significativo aumento, as maiores distribuições ficam por conta da Brasil Telecom e da Tele Norte Leste, esta com média 85,75% nos dois anos e aquela com média de 81,51% de participação de acionistas na distribuição do valor adicionado.

Gráfico 5 – Indicador PAVA



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 6 – Distribuição do Valor Adicionado



Fonte: Dados da pesquisa

5.3 GRAU DE RETENÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A empresa pode destinar parte de sua riqueza gerada para seu capital próprio. O GRVA visa demonstrar o percentual dessa retenção sob a forma de lucros retidos. Os valores apresentados por este índice indicará a evolução e a tendência da forma como as riquezas criadas pelas empresas são revertidas para a própria empresa. “Essa forma de medir os resultados, entenda-se a riqueza criada pelas empresas deve, em certas situações, substituir a tradicional, ou seja, a da rentabilidade” (SANTOS, 2007).

No ano de 2007, a única empresa que não incorporou parte de sua riqueza ao seu próprio capital foi a Brasil Telecom, que obteve um índice negativo de 4,43%. Já em 2008 foi a vez da Gol Linhas Aéreas refletir seu prejuízo do exercício reduzindo a distribuição do valor adicionado ao capital próprio para 140,69%, valor compensado para aumentar os níveis das demais distribuições.

A maior variação positiva foi de 37,84% em 2007, para 129,44% em 2008 da Aracruz Celulose. Valor que se manteve superior à média das empresas analisadas de cerca de 17% nos dois anos.

A média de distribuição do valor adicionado ao capital próprio das empresas analisadas foi de 17,92% em 2007 e de 17,51% em 2008.

5.4 GRAU DE CAPACIDADE DE PRODUZIR RIQUEZA

Ao dividirmos o valor adicionado líquido produzido pela entidade pelo valor adicionado total a distribuir estaremos evidenciando a real capacidade da empresa em produzir riqueza. Almeida *et al* (2009) destaca que esse indicador “serve para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa”.

Os números apresentados na Tabela 1, mostram um excelente desempenho por parte das empresas analisadas em gerar riqueza para a entidade. A média das empresas foi de 84,98% em 2007 e um valor não muito distante em 2008 de 75,51%.

As exceções são para a Tele Norte Leste e a Brasil Telecom que obtiveram valores bastante inferiores as demais empresas. Este indicador pode explicar a razão do tão elevado nível de participação dos acionistas no valor adicionado total da empresa, grande parte da riqueza criada na empresa não são provenientes dela mesma, através da agregação de valores aos seus produtos e serviços, mas sim de investimentos e valores adicionados recebidos em transferências.

A Gol, em 2008, obteve um índice de capacidade de produzir riqueza superior a 100%, porque seu valor adicionado recebido em transferência foi negativo no valor R\$ 900.897.000,00, valor que diminuiu o valor adicionado total a distribuir mas sendo

compensado pelo alto valor de R\$ 1.805.996.000 do valor adicionado líquido produzido pela entidade, mantendo um valor positivo de valor adicionado de R\$ 905.099.000,00.

A empresa Aracruz no ano de 2008, como já visto anteriormente, não gerou valor adicionado no período.

5.5 GRAU DE RIQUEZA RECEBIDA EM TRANSFERÊNCIA

Dalmacio et. al. (2003) afirma que as riquezas recebidas em transferências são as “provenientes de participações em investimentos relevantes e receitas financeiras e adicionadas à riqueza líquida produzida pela entidade”

Desta forma esse índice mostra qual o percentual da riqueza não foi criada na empresa, mas recebida através de receitas financeiras, ou seja, provenientes de recebimento de terceiros (ALMEIDA *et al*, 2009).

Se no indicador anterior as empresas Tele Norte Leste e a Brasil Telecom apresentaram um baixo índice de capacidade de produzir riqueza, neste indicador torna-se o contrário. O valor adicionado proveniente de receitas financeiras recebidas em transferências chega perto dos 100% nos dois anos consecutivos para ambas.

A empresa Aracruz apresentou um índice positivo bastante elevado em 2008 (126,97%), mas vale ressaltar que sua receita recebida em transferência foi negativa (R\$ 4.282.887.000,00), e somada com o valor adicionado líquido que era positivo, no valor de R\$ 910.037.000,00, resultou no valor adicionado para distribuição (perda) de R\$ 3.374.808.000,00. Na divisão das receitas recebidas em transferências (negativo) pelo valor adicionado total (negativo), resultou nesse indicador positivo. Esse valor representa a participação de um valor negativo em outro de valor negativo.

A média das empresas analisadas ficou perto dos 17% nos dois anos. Isso mostra que a maioria das empresas está gerando valor adicionado na própria empresa.

5.6 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DE RIQUEZA DE OUTRAS ENTIDADES

Dalmacio et. al. (2003) sobre esse indicador afirma que ele “indica o percentual de contribuição de uma entidade na formação de riqueza de outras entidades, ou seja, indicará quanto da riqueza gerada pela entidade está sendo transferida para outras entidades”.

O índice GCFROE é bastante elevado nas empresas Braskem (848,23% em 2007 e 1321,83% em 2008) e Ipiranga (1180,01% em 2007 e 1202,81% em 2008), valores bastante superiores as demais empresas que mal passaram dos 200% nos dois anos.

O Banco do Brasil, Itaú S/A, Tele Norte Leste e Brasil Telecom são as empresas que menos transferiram parte de sua riqueza para outras entidades. E a empresa Aracruz foi a única a transferir parte de seu prejuízo (do exercício financeiro de 2008) para outras entidades.

A média anual de 2007 situou-se em 203,60% e em 2008 em 229,42%.

5.7 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS NA GERAÇÃO DE RIQUEZA

Dalmácio et. al. (2003) afirma que este índice evidencia o quanto a empresa obteve de valor adicionado total em relação ao seu ativo. É uma medida do potencial que a empresa tem em gerar riqueza.

Santos (2007) disserta que a relação entre valor adicionado e o ativo total ou produto/capital também é uma boa unidade de medida e representa o volume de capitais aplicados na obtenção das riquezas geradas pelas empresas; nesse quociente são destacadas as diferenças setoriais de necessidade de aplicação de capitais.

A empresa que se destacou pela rentabilidade do seu ativo na formação de riqueza para a empresa foi a CPFL Energia, tanto no exercício financeiro de 2007, quanto de 2008. As

empresas que apresentaram a menor rentabilidade (fazendo-se uma média nos dois anos consecutivos) foram o Banco Nossa Caixa com 3,73% em 2007 e 3,72% em 2008, o Banco Bradesco, que em 2008 apresentou uma rentabilidade de 0,64%, e o Unibanco Group que, no mesmo ano, obteve uma rentabilidade de 1,08%.

A média do grau de contribuição dos ativos na geração de riqueza das empresas estudadas foi de 27,90% e 23,14% em 2007 e 2008 respectivamente.

5.8 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NA GERAÇÃO DE RIQUEZA

O índice GCPLGR demonstra o quanto a empresa obteve de valor adicionado total em relação ao capital próprio investido, ou seja, o potencial do capital próprio para geração de riqueza de uma entidade.

Assim como na rentabilidade do Ativo, a empresa CPFL Energia destacou-se das demais, na rentabilidade do seu Patrimônio Líquido na geração de riqueza para a empresa, seus valores chegaram a 1614,80% em 2007 e 1484,12% em 2008. O aumento do grau de contribuição do PL na geração de riqueza também aumentou nas demais empresas, a média anual das empresas ficou em 137,33% em 2007 e em 103,58% em 2008.

Tabela 1 – Indicadores GRVA, GCPR, GRRT, GCFROE, GCAGR e GCPLGR

Índice	Empresas / Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
GRVA	2007	14,35%	0,00%	25,62%	16,16%	25,27%	24,19%	8,05%	26,61%	91,49%	30,33%	7,62%	0,99%	11,25%	37,84%	18,48%	10,64%	8,36%	-4,43%	1,54%	4,03%
	2008	20,97%	0,00%	34,04%	22,39%	19,71%	0,00%	27,28%	21,65%	80,00%	22,19%	8,06%	0,92%	21,12%	129,44%	14,43%	0,00%	6,83%	56,89%	-140,69%	4,98%
GCPR	2007	97,50%	94,75%	99,79%	100,00%	99,02%	100,00%	77,29%	96,18%	-0,94%	91,13%	88,09%	94,95%	99,88%	85,08%	96,76%	128,75%	88,46%	0,69%	70,40%	91,75%
	2008	91,58%	82,06%	98,38%	100,00%	105,71%	9,52%	56,37%	85,16%	-2,00%	96,22%	90,27%	93,47%	97,16%	-26,97%	88,49%	60,11%	87,16%	5,33%	199,54%	92,60%
GRRT	2007	2,50%	5,25%	0,21%	0,00%	0,98%	0,00%	22,71%	3,82%	100,94%	8,87%	11,91%	5,05%	0,12%	14,92%	3,24%	28,75%	11,54%	100,69%	29,60%	8,25%
	2008	8,42%	17,94%	1,62%	0,00%	5,71%	-52,49%	43,63%	14,84%	102,00%	3,78%	9,73%	6,53%	2,84%	126,97%	11,51%	39,89%	12,84%	94,67%	-99,54%	7,40%
GCFROE	2007	81,22%	99,02%	38,13%	4,70%	27,05%	135,95%	174,73%	139,74%	0,98%	231,56%	48,11%	96,85%	123,28%	191,15%	56,78%	848,23%	1180,01%	0,91%	161,18%	432,43%
	2008	99,41%	128,66%	78,43%	9,37%	29,70%	49,30%	126,75%	131,58%	1,52%	192,97%	49,64%	114,68%	121,88%	-86,14%	51,92%	1321,83%	1202,81%	0,50%	533,83%	429,84%
GCAGR	2007	50,97%	30,26%	5,93%	5,11%	7,58%	5,76%	8,48%	36,25%	18,15%	25,17%	47,55%	168,87%	3,73%	14,45%	21,88%	10,94%	17,54%	14,39%	38,54%	26,39%
	2008	40,72%	23,11%	0,64%	4,52%	5,06%	1,08%	11,77%	41,79%	10,94%	27,05%	48,08%	160,06%	3,72%	-28,44%	24,05%	7,23%	23,56%	15,31%	13,15%	29,43%
GCPLGR	2007	92,80%	70,51%	66,70%	77,40%	77,11%	72,85%	12,93%	54,90%	22,59%	62,53%	136,63%	1614,80%	63,91%	26,78%	41,74%	40,02%	35,50%	16,72%	92,16%	67,97%
	2008	87,93%	44,60%	8,44%	78,79%	53,43%	4,26%	18,98%	76,71%	14,05%	63,79%	125,15%	1484,12%	63,47%	-350,63%	47,03%	44,61%	48,97%	16,32%	67,83%	73,70%

Fonte: Dados da pesquisa

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variação do valor adicionado foi positiva para praticamente todas as empresas estudadas neste artigo, a única exceção foi a Aracruz Celulose que, por ter gerado um valor adicionado negativo em 2008 resultou num índice de 235,05% negativo. A média geral de crescimento foi de 82,68% em 2008 em relação ao ano de 2007.

O cálculo dos índices de distribuição da riqueza permitiu ver que há um equilíbrio entre os valores distribuídos. Os percentuais correspondem a 28% para a distribuição ao governo e acionistas e 26% para os empregados. A distribuição a terceiros foi a menor devido ao seu baixo percentual de distribuição em 2007, a média foi de 17% nos anos analisados.

Entre os índices que indicam a origem da riqueza criada pela empresa, o estudo mostrou que a grande maioria das empresas analisadas está gerando sua riqueza dentro da própria organização, a média geral foi de 84,98% em 2007 e um valor não muito distante em 2008 de 75,51% do total das riquezas gerada pela entidade. Em contrapartida, o valor adicionado recebido em transferência (provenientes de receitas financeiras, por exemplo), situou-se perto dos 17% nos dois anos consecutivos.

O grau de retenção do valor adicionado foi idêntico nos dois anos, em média, 18% do valor adicionado é voltado para a empresa na forma de lucros retidos.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido, na geração de riqueza para as empresas, é maior que a do Ativo, enquanto esta contribui em 25% para a formação do valor adicionado total, o PL contribui em 120%.

Por fim, vale ressaltar que sendo obrigatória ou não, a Demonstração do Valor Adicionado abriga informações de grande relevância e deveria ser elaborada por todas as empresas, pois além de trazer ricas informações para os usuários da contabilidade, ainda traz ao conhecimento social o papel que a empresa assume na formação da riqueza da sociedade que ela está inserida, bem como na formação da riqueza nacional, uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB) é calculado a partir da soma dos valores adicionados por todas as empresas de uma nação. Sua eficácia informativa estende-se até em conjunto com outras demonstrações, como por exemplo, o Balanço Patrimonial, calculando-se a rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido como foi apresentado no presente estudo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. S. de, *et al.* **A utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobrás.** RIC – Revista de Informação Contábil, V.3, N.1, p. 134-138. Jan-Mar/2009.

AMERICAN FORBES. *The Global 2.000.* Disponível em:
<http://www.forbes.com/lists/2007/18/biz_07forbes2000_The-Global-2000-Brazil_10Rank.html> Acesso em: 02 set. 2009.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação.** São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 09 set. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Resolução nº 09, 15 de setembro de 2008. **Demonstração do Valor Adicionado.** Disponível em:
<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf> Acesso em: 05. set. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.138, 21 de novembro de 2008. **Aprova a NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado.** Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc> Acesso em: 05. set. 2009.

DALMACIO, Flavia Z. RANGEL, *et al.* **A Demonstração do Valor Adicionado sob uma nova perspectiva.** In: VIII Fórum de Estudantes e Profissionais de Contabilidade do Estado do Espírito Santo – O Marketing e a Valorização do Profissional Contábil – 30/10 a 01/11/2003 no SESC – Praia Formosa Aracruz – ES.

FREITAS, Nelson. **Energia.** Disponível em:
<<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=322>> Acesso em: 20 out. 2009.

GALIZZO, J.L.L. **El valor añadido em la información contable de la empresa: analisis y aplicaciones**. Madrid: ICAC, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Em 2008, PIB cresceu 5,1% e chegou a R\$ 2,9 trilhões**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1330&id_pagina=1> Acesso em: 27 out. 2009.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 2. ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA: Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas**. 1999. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2007.

SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ZANLUCA, Júlio César. **Demonstração do Valor Adicionado - DVA**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaodovalor.htm>. Acesso em: 03. set. 2009.